

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

REPUBLICAÇÃO - EDITAL Nº 040/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA, FUTURA E EVENTUAL, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA NÃO ARMADA, BRIGADISTA E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE PAINS/MG.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 15/10/2026, às 08h30

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

OBTENÇÃO DO EDITAL:

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para acesso dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Pains, no link <https://www.pains.mg.gov.br/licitacoes/editais-abertos>; através da plataforma AMM Licita, no link <https://ammlicita.org.br>; e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no link <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

Apenas do Licitante vencedor, mediante convocação em meio eletrônico.

REFERÊNCIA DE TEMPO:

Horário de Brasília.

OBS.:

Em caso de divergência entre as informações contidas neste edital e àquelas da Plataforma AMM Licita, prevalecerão as do Edital.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

PREÂMBULO

Torna-se público que o Município de Pains, por meio do Setor de Licitações, sediada à Praça Tonico Rabelo, 164 – Centro – Pains/MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 010/2024, Decreto Municipal nº 078/2025 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA, FUTURA E EVENTUAL, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA NÃO ARMADA, BRIGADISTA E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE PAINS/MG.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que enviarem suas propostas no sítio eletrônico AMM Licita, que pode ser acessado através do link: <https://ammlicita.org.br/>; e **cuja atividade empresarial seja compatível com o objeto desta licitação.**

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento na plataforma AMM Licita até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

2.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7 O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10 O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11 A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

www.pains.mg.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fst:
Rub.:	

3.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta inicial mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 **Valor do item** (em reais; com, no máximo, 02 (duas) casas após a vírgula);

4.1.2 Marca – se for o caso;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

4.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.7.

4.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fls:
Rub.:	

devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 **Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**

5.2.2 **Que não atenderem às especificações / descrição do objeto desta licitação.**

5.2.3 **Que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não indicarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado.**

5.2.4 **Que conflitem com a legislação em vigor.**

5.2.5 **Que não apresentem a marca / modelo oferecido – se for o caso.**

5.2.6 **Com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.**

5.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.1 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

5.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7 O lance deverá ser ofertado pelo valor **do item**.

5.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

5.11 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.12 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto**.

5.12.1 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

5.12.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.6 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, através da Plataforma AMM Licita.

5.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

5.19.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

5.20.1.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.1.5.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.1.5.2 empresas brasileiras;

5.20.1.5.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.1.5.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4 Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital,





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta em plataformas de cadastros oficiais.

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.5 deste edital.

6.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1 conter vícios insanáveis;

6.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

6.6.6 o disposto nos itens 5.2.1 a 5.2.6.

6.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

6.7.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA

7.1 O Licitante classificado em 1º lugar deverá providenciar o envio da documentação relativa à **Proposta de Preços e à Habilitação, no prazo de 02 (duas) horas contados a partir da solicitação do (a) Pregoeiro (a)**, anexando em campo próprio, que será aberto, da plataforma AMM Licita, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários. Deverão ser anexados os seguintes documentos:

7.1.1 Carta de apresentação da Proposta Comercial **conforme Anexo III – Modelo de Proposta de Preços, onde deverá constar também:** declaração de que, no preço cotado, estão incluídas as despesas com tributos, mão-de-obra, alimentação, transporte, utilização de equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços objeto da licitação, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, prêmios de seguro e outras despesas de quaisquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto; e data, assinatura e identificação do representante legal;

7.2 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, esta poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

7.4 As propostas de valores para execução do objeto deste edital devem prever todas as necessidades, sejam de mão-de-obra, equipamentos ou serviços, para atendimento às determinações do escopo do objeto.

7.5 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o (a) Pregoeiro (a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 O Licitante classificado em primeiro lugar deverá providenciar o envio da Documentação de Habilitação, juntamente com os documentos da Proposta de Preços, no prazo de 02 (duas) horas contados a partir da solicitação do (a) Pregoeiro (a), anexando em campo próprio, que será aberto, da plataforma AMM Licita, os seguintes documentos:

8.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.2.1 Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

8.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;

8.2.3 Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

8.2.4 Ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades não empresariais, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.2.5 Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, do Ministério da Fazenda;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

8.3.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

8.3.3 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

8.3.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, ou de certidão positiva com efeitos de negativa.

8.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

8.4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do Licitante.

8.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OUTROS:

8.5.1 Comprovação de Capacidade Técnica **(para todos os itens)**, através de apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante prestou ou está prestando serviço compatível com o objeto desta licitação. O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá vir assinado pelo representante legal da empresa emitente, devidamente comprovado, ou por seu Procurador (procuração pública);

8.5.1.1 Na descrição deverão conter informações que permitam o entendimento dos trabalhos realizados, bem como aferir a semelhança ou afinidade com o objeto licitado.

8.5.2 Comprovante de credenciamento da empresa junto ao CBMMG como prestadora de serviço de brigada profissional. **(para item 3 – brigadistas).**

8.5.2.1 ATENÇÃO: Os certificados de formação/atualização dos brigadistas, emitidos por empresa de formação credenciada junto ao CBMMG, serão exigidos na execução, na forma do item 5.2 do Termo de Referência.

8.5.3 Autorização de funcionamento junto à Polícia Federal **(para item 2 – segurança desarmado).**

8.6 Os documentos que não possam ser validados digitalmente - via internet, devem vir acompanhados de autenticação em Cartório (a validação ocorrerá através do selo; para



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS****ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ: 20.920.575/0001-30**

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

documentos autenticados que possuem selo sem esse código, será requerido o documento original).

8.6.1 Caso seja necessário o envio dos documentos originais ou documentos autenticados para validação, estes serão solicitados pelo(a) Pregoeiro (a), e deverão ser entregues presencialmente na Seção de Licitações da Prefeitura Municipal de Pains ou postados via Correios (SEDEX), no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação via chat, para o endereço: Praça Tonico Rabelo, 164 – Bairro: Centro - CEP: 35.582-000 – Pains/MG - Telefone: 37.3455.0052.

8.6.2 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita **perante o (a) Pregoeiro (a) ou membros da equipe de apoio**, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do art. 12, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021.

8.7 Para as certidões que não apresentarem prazo de validade declarado, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias a partir de sua data de emissão.

8.8 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.9 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11 A habilitação será verificada por meio de plataforma disponibilizada pelo Município no sítio eletrônico AMM Licita, nos documentos por ela abrangidos.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13 A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.14 A verificação na plataforma de cadastro ou a exigência dos documentos nela não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

8.15.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16 Na análise dos documentos de habilitação, a equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

8.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto nos subitens 7.1 e 8.1.

8.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.pains.mg.gov.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

10.1.3 não celebrar o contrato / ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5 fraudar a licitação;

10.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;

10.2.3 impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

www.pains.mg.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato / ata lícitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato / ata lícitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato / ata lícitado.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial ou através da plataforma AMM Licita no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da plataforma AMM Licita.

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

12.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.9.1 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos em vista daquelas informadas na plataforma AMM Licita, prevalecerá as deste Edital

12.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.10.1 ANEXO I - Termo de Referência

12.10.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

12.10.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

12.10.3 ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

Pains – MG, 25 de Setembro de 2026

SAYMON RICHARD GONÇALVES RODRIGUES
Setor de Licitações





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão / Concorrência

Versão retificada (Retificação nº 01), em atendimento à decisão que acolheu a impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 023/2026 — Processo Licitatório nº 094/2026 — Registro de Preços nº 045/2026

Requisitantes:

Gabinete do Prefeito
Secretaria Municipal de Administração
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Secretaria Municipal de Obras
Secretaria Municipal de Agricultura
Secretaria Municipal de Transporte

1 – DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO

1.1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de Segurança Não Armada/ Brigadista e Equipe de Apoio em eventos municipais, com adjudicação por item (item 1 – equipe de apoio; item 2 – segurança não armada; item 3 – brigadista), podendo ser registrados fornecedores distintos para cada item.

Contratação por Registro de Preço?

(X) Sim

() Não

A adoção do sistema de registro de preços justifica-se pela natureza da demanda: serviços de execução parcelada e frequente, vinculados a calendário de eventos sujeito a ajustes, sem obrigação de consumo integral dos quantitativos (arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, art. 45 do Decreto Municipal nº 010/2024 e Decreto Municipal nº 078/2025). A existência de preços registrados não obrigará a Administração a contratar (art. 83 da Lei nº 14.133/2021). Fica dispensada a intenção de registro de preços (IRP), com fundamento no art. 47, § 1º, do Decreto Municipal nº 010/2024 e no art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, por ser o Município de Pains o único contratante, já consolidadas na fase preparatória as demandas de todas as suas Secretarias.

1.2 – DESCRIÇÃO DOS BENS E/OU SERVIÇOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Trata-se da contratação de serviços de equipe de apoio, segurança desarmado e brigadistas com certificação de formação/atualização emitida por empresa credenciada junto ao CBMMG, incluindo alimentação e transporte, para garantir segurança e bem estar aos participantes dos eventos.

Item	Qtde	Unid	Bens / Serviços
1	650	Diária	Serviço de Equipe de Apoio.
2	200	Diária	Serviço de Segurança Desarmado, sem porte de arma de fogo.
3	156	Diária	Serviço de Brigadista Sentido Amplo, com certificado válido emitido pelo CBMMG.

1.2.1 – Delimitação das atribuições por item

a) Item 1 – Equipe de apoio: recepção e orientação do público, organização de espaços, distribuição de materiais, suporte logístico às demais equipes e conferência de credenciais e ingressos em áreas determinadas. É vedado atribuir à equipe de apoio vigilância, revista pessoal, contenção de público ou segurança patrimonial, atividades próprias do item 2 (Lei nº 14.967/2024, art. 5º, II).





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rubr:	

b) Item 2 – Segurança não armada: controle de acesso com revista pessoal, segurança preventiva, prevenção de conflitos e tumultos e proteção do patrimônio nos locais do evento, por vigilantes vinculados a empresa autorizada pela Polícia Federal (Lei nº 14.967/2024, arts. 4º, 27 e 28).

c) Item 3 – Brigadista: prevenção e combate a princípios de incêndio, orientação para abandono de área e primeiros socorros, por brigadistas com certificado válido emitido por empresa de formação credenciada junto ao CBMMG, cabendo à contratada indicar, para cada evento, o brigadista responsável pela coordenação da equipe.

d) É vedado o exercício simultâneo das funções de vigilância e de prevenção e combate a incêndios pelo mesmo profissional (Lei nº 14.967/2024, art. 10).

1.3 – PRAZO DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. Tratando-se de licitação para registro de preços, a ata terá vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei nº 14.133/2021), e o contrato dela decorrente terá a vigência estabelecida em conformidade com as disposições da ata (art. 84, parágrafo único).

Nos termos do art. 46, § 2º, do Decreto Municipal nº 010/2024, fica estabelecido, para cada contrato ou instrumento equivalente oriundo da ata de registro de preços, o quantitativo mínimo de 10 (dez) diárias por item, para cada contratação ou instrumento equivalente oriundo da Ata de Registro de Preços, com a finalidade de reduzir o grau de incerteza do licitante na elaboração da proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação. Fica consignado, ainda, que não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital para o item cotado, sob pena de desclassificação (art. 46, § 1º, do mesmo Decreto).

1.4 – NATUREZA DO OBJETO

O objeto desta contratação é classificado como de natureza comum, uma vez que suas especificações são usuais no mercado e podem ser definidas de forma objetiva, padronizada e suficiente pela Administração. As características são amplamente disponíveis e não exigem grau elevado de especialização técnica para sua execução, permitindo a definição de requisitos por meio de padrões de desempenho e qualidade comumente praticados pelo setor.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – MOTIVAÇÃO / OBJETIVOS / RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem como objetivo atender demandas do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Transporte em eventos oficiais, pelo período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade.

Justifica-se a viabilidade da contratação na medida em que o Município de Pains/MG, através das Secretarias Municipais, realiza ao longo do ano diversos eventos que são considerados oportunidades de confraternização entre os munícipes e os visitantes.

Esses eventos de lazer necessitam de padrões de comodidade e segurança e são oferecidos ao público, em sua grande maioria, gratuitamente e há investimentos na realização e apoio a eventos turísticos e culturais, previstos nos programas do Município, que inclusive fomentam a economia local.

Os itens previstos no presente termo são imprescindíveis para a realização dos eventos uma vez que ajuda na segurança das pessoas e também dos materiais disponibilizados em cada evento.

Os serviços de equipe de apoio, segurança e brigadista serão prestados em eventos que objetivam difundir e fomentar o turismo, a cultura, o lazer de qualidade à população local e regional, movimentando o comércio e a economia da cidade, em razão da grande quantidade de público que esses eventos atraem.

Desse modo, para que os eventos sejam satisfatórios, é necessário proporcionar segurança e garantia da integridade física ao público, por ocasião da grande concentração de pessoas que permanecerão no local durante a realização destes. A contratação dos referidos serviços se dará através de processo licitatório e considerando a sazonalidade da demanda, nesse momento, não se justifica a aquisição de equipamentos e criação de quadro permanente para execução direta, onde a contratação de empresa especializada e capacitada pela quantidade dos eventos e tempo necessário, no caso, a execução indireta mostra-se como o meio mais econômico e eficiente.

2.2 – ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Esta contratação está alinhada ao planejamento estratégico do Município, especialmente às ações voltadas para a promoção da segurança, organização e qualidade na realização de eventos públicos, garantindo melhores condições de atendimento à

www.pains.mg.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

população, proteção dos participantes e apoio à execução das atividades culturais, turísticas, esportivas e institucionais promovidas ou apoiadas pela Administração Municipal. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, na qualidade de unidade gerenciadora, e as demais Secretarias requisitantes estão envolvidos para garantir que tal serviço seja executado conforme previsto.

2.3 – FORMA E CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica (art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021: a eventual adoção da forma presencial deverá ser motivada, com sessão pública registrada em ata e gravada em áudio e vídeo), considerando que o objeto se caracteriza como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente no Termo de Referência. O critério de julgamento será o de menor preço por item, visando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observados os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação técnica e demais exigências previstas na legislação vigente. A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica para a execução dos serviços, mediante apresentação de documentos compatíveis com o objeto, demonstrando experiência compatível com o item disputado, na forma do item 11 deste Termo de Referência. O licitante poderá apresentar proposta para um, dois ou os três itens.

2.4 – MODO DE DISPUTA

- ☒ Aberto
☐ Fechado
☐ Aberto-Fechado

2.5 – EXCLUSIVIDADE ME – MICROEMPRESA / EPP – EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ART. 48, LC 123/2006)

- ☐ Sim
☒ Não

Nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública deve promover tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), sempre que tal medida se mostrar tecnicamente viável, economicamente vantajosa e compatível com o interesse público. Dessa forma, a definição quanto à aplicação ou não da exclusividade para participação de ME/EPP na presente licitação foi precedida de análise técnica e administrativa, considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação, a complexidade dos serviços e a capacidade operacional exigida.

A presente licitação não será realizada com exclusividade para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), porque a adoção da exclusividade poderia comprometer a competitividade, a economicidade ou a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, ainda que não aplicada a exclusividade, serão assegurados às ME/EPP os demais benefícios legais, tais como o direito de preferência, critério de desempate ficto e possibilidade de regularização fiscal tardia, conforme arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.6 – BENEFÍCIO ME – MICROEMPRESA / EPP – EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ART. 48, LC 123/2006)

- ☒ Sim
☐ Não

A Administração Pública deve promover o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), objetivando incentivar o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o estímulo à inovação.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 4º reafirma tal diretriz ao estabelecer que o processo licitatório deve observar o tratamento favorecido às ME e EPP, nos termos da legislação específica.

Na presente contratação, serão assegurados às ME e EPP, quando participarem do certame, os seguintes benefícios:

a) Regularização Fiscal Tardia

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, as ME e EPP que apresentarem restrições na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista terão assegurado o prazo legal para regularização da documentação, contado a partir da declaração do vencedor do certame, como condição para a assinatura do contrato.

b) Critério de Desempate Ficto

Conforme previsto na Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado o direito de preferência às ME e EPP nas situações de empate ficto, entendendo-se como tal aquelas em que as propostas apresentadas por ME/EPP sejam iguais ou até o limite percentual legal em relação à proposta de melhor preço apresentada por empresa de maior porte, observado o procedimento previsto em lei e no edital.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rubr:	

c) Direito de Preferência na Contratação

Aplicável o direito de preferência às ME e EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as condições, prazos e procedimentos definidos no instrumento convocatório.

A adoção do tratamento diferenciado às ME e EPP não afasta o dever da Administração de selecionar a proposta mais vantajosa, permanecendo preservados os princípios da isonomia, eficiência, planejamento, razoabilidade e supremacia do interesse público, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.

Será concedido o tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, na forma da legislação vigente, como medida legalmente prevista, tecnicamente viável e alinhada aos objetivos de desenvolvimento econômico e social, sem prejuízo da regularidade, competitividade e eficiência da contratação pública.

2.7 – CONFORMIDADE TÉCNICA/LEGAL

A aquisição do objeto deste Termo de Referência obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21, além do Decreto Municipal nº 010/2024, 078/2025 e demais normas pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Termo de Referência, no Edital da licitação e em seus anexos.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução contempla a execução do objeto em sua totalidade, abrangendo:

- todas as especificações técnicas mínimas necessárias para pleno atendimento da demanda administrativa;
- entrega do serviço dentro dos prazos definidos;
- cumprimento integral das condições de qualidade, desempenho e funcionalidade;
- atendimento às normas legais e regulamentares pertinentes;
- suporte ou garantia mínima prevista em lei ou em regulamento, quando aplicável.

A contratação busca solucionar, de forma rápida e eficiente, demanda recorrente, vinculada ao calendário anual de eventos do Município. A solução é adequada porque permite suprir a demanda com celeridade, reduzindo riscos operacionais e assegurando a continuidade das atividades do órgão.

A execução da solução deverá ocorrer de maneira integrada, desde a realização até a comprovação do atendimento das especificações, ainda que os itens sejam prestados por fornecedores distintos, sob a coordenação da comissão organizadora e na forma do protocolo previsto no item 6.6. Cada fornecedor deverá assegurar a compatibilidade técnica do serviço, bem como manter padrão de qualidade suficiente para que o objeto atenda plenamente à finalidade pública pretendida.

Em síntese, a solução proposta contempla a entrega integral do objeto, com qualidade, segurança, cumprimento de prazos e atendimento à demanda específica, observando-se as condições estabelecidas para a licitação na modalidade Pregão, sob o sistema de registro de preços.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE

A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica comprovada para execução dos serviços, mediante apresentação de atestados e capacidade técnica compatíveis com o item contratado.

Os profissionais disponibilizados deverão estar devidamente capacitados e treinados para as funções do item contratado, observada a delimitação do item 1.2.1: segurança desarmada e controle de acesso com revista (item 2); orientação ao público e apoio operacional (item 1); prevenção e combate a incêndio e primeiros socorros (item 3).

Os seguranças desarmados deverão possuir treinamento adequado para a atuação em eventos, controle de tumultos, prevenção de conflitos, abordagem orientativa e preservação de ordem, conforme legislação aplicável.

Os brigadistas deverão possuir formação/certificação compatível para prevenção e combate a princípios de incêndio, primeiros socorros e atendimento inicial de emergências.

A equipe deverá ser apresentada em quantidade suficiente, conforme dimensionamento do evento, garantido cobertura dos locais definidos pela Administração.

Os profissionais deverão comparecer uniformizados, identificados e com equipamentos necessários para a execução dos serviços.

A contratada deverá garantir pontualidade, substituição imediata de profissionais faltosos e continuidade do serviço durante todo o período contratado.

Os serviços deverão ser prestados com qualidade, segurança, eficiência e respeito ao público, seguindo orientações da Prefeitura e normas de segurança vigentes.

A empresa deverá apresentar estrutura de coordenação/supervisão da equipe, mantendo responsável pelo acompanhamento dos serviços e indicando preposto para cada evento, na forma do item 6.6.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rubr.:	

4.2. VISTORIA

Não se aplica.

4.3. AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO

Não se aplica.

4.4. GARANTIA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados durante toda a vigência do contrato, responsabilizando-se pela adequada execução das atividades do item contratado (segurança desarmada, brigadistas ou equipe de apoio), observando rigorosamente as especificações constantes no Termo de Referência, no Edital e na legislação vigente.

Os profissionais disponibilizados deverão estar devidamente capacitados, uniformizados, identificados e equipados com os materiais necessários ao desempenho de suas funções, sendo de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento, manutenção e substituição desses materiais sempre que necessário.

Caso sejam constatadas falhas na execução dos serviços, ausência de profissionais, utilização de equipamentos inadequados, materiais defeituosos ou qualquer irregularidade que comprometa a qualidade da prestação dos serviços, a contratada deverá promover a correção ou substituição imediata, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

A contratada responderá pelos danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de falhas na execução contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e na legislação pertinente.

A garantia da qualidade dos serviços permanecerá durante toda a execução contratual, assegurando à Administração o direito de exigir a imediata correção de qualquer não conformidade identificada.

5 – OBRIGAÇÕES

5.1 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- ✓ Efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal/Fatura, de conformidade com as autorizações expedidas pelo Executivo Municipal.
- ✓ Publicar o extrato do presente contrato na Imprensa Oficial do Município.
- ✓ Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio do gestor e do fiscal designados no item 7.2, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.2 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- ✓ Responsabilizar-se-á pela entrega do objeto especificado no presente contrato.
- ✓ Responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessários à entrega do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato.
- ✓ Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus empregados ou prepostos, ao contratante ou a terceiros.
- ✓ Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Lei 14.133/21.
- ✓ Contratada do item 2: Garantir a segurança preventiva e corretiva nos eventos, garantir a proteção de participantes, prevenir incidentes como roubos e tumultos, monitorar a área para detectar qualquer ameaça potencial e coordenar respostas rápidas e eficazes a emergências que possam surgir durante o evento.
- ✓ Contratada do item 1: não atribuir aos seus profissionais atividades de vigilância, revista pessoal ou contenção de público (item 1.2.1).
- ✓ Contratada do item 3: indicar, para cada evento, o brigadista responsável pela coordenação da equipe de brigada.
- ✓ Oferecer vestimenta, identificação e equipamento adequados aos profissionais do item contratado.
- ✓ Participar da reunião prévia, manter preposto no local do evento e observar o protocolo de integração operacional do item 6.6.
- ✓ Apresentar, em até 2 (dois) dias úteis antes dos eventos, relação dos profissionais que trabalharão, com a comprovação de cumprimento de curso em escola autorizada pela Polícia Federal – caso do item 2. Para o item 2 (segurança não armada), os profissionais deverão ser vigilantes com curso de formação em escola autorizada e situação regular perante a Polícia Federal, portando, em serviço, o documento de identificação profissional, nos termos dos arts. 4º, 5º, II, 27 e 28 da Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), que revogou a Lei nº 7.102/1983. Para o item 3 (brigadistas), a CONTRATADA deverá apresentar, no mesmo prazo, os certificados de

www.pains.mg.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

formação/atualização válidos dos brigadistas escalados, emitidos por empresa de formação credenciada junto ao CBMMG, observada a regulamentação estadual aplicável.

6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 – ROTINAS DE EXECUÇÃO – LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Os serviços deverão ser executados no local, no dia e no horário onde ocorrerá o evento em questão. Para todos os fins, considera-se "diária" o período de até 8 (oito) horas de serviço por profissional. A convocação para cada evento será formalizada por Ordem de Serviço/NAF, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, indicando local, data, horários e o quantitativo de profissionais por categoria (art. 6º, XXIII, "e", da Lei nº 14.133/2021). Cada Ordem de Serviço será emitida à contratada do respectivo item.

6.2 – FORMAS/MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Email: sec.cultura@pains.mg.gov.br

Tel. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo: (37) 9 9902 – 7622

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo atua como unidade gerenciadora e centralizadora da demanda das demais unidades requisitantes.

6.3 – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, mediante apresentação de documento fiscal (NF-e), devidamente assinado pelo responsável. O pagamento poderá ser via transferência ou Boleto. A medição considerará as diárias efetivamente executadas em cada evento, atestadas pelo fiscal do contrato (art. 6º, XXIII, "g", da Lei nº 14.133/2021).

a) A nota fiscal deverá ser emitida com destaque do Imposto de Renda OU justificativa da não retenção de acordo com o Decreto Municipal 92/2023 e IN RFB 1.234/2012 e IN RFB 2145/2023.

b) Se a Nota Fiscal for emitida sem a retenção OU uma justificativa fundamentada, a mesma será devolvida para a emissão correta.

6.4 – RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Em atendimento ao art. 140, I, da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 11, XI, do Decreto Municipal nº 010/2024, o objeto será recebido: (a) provisoriamente, pelo fiscal do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do término de cada evento, mediante termo detalhado em que se ateste o cumprimento das exigências técnicas – notadamente a efetiva prestação das diárias contratadas, a presença dos profissionais escalados, a apresentação da documentação exigida e a observância das condições de uniformização e identificação; e (b) definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais e que autorize o pagamento. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º), e o recebimento não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução (art. 140, § 2º).

6.5 – SUBCONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 65 do Decreto Municipal nº 010/2024 e do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, fica: () vedada / (X) admitida a subcontratação, exclusivamente das atividades acessórias de alimentação e transporte dos profissionais, limitada ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do valor de cada contrato, mediante autorização prévia e expressa da Administração. É vedada a subcontratação da parcela principal de cada item, entendida como a própria prestação do serviço de apoio, de segurança ou de brigada, para a qual se exige atestado de capacidade técnica (art. 65, § 2º, do Decreto Municipal nº 010/2024). É vedada, em qualquer hipótese, a subcontratação do serviço de segurança privada do item 2 (Lei nº 14.967/2024, arts. 4º e 48). É igualmente vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha com agente público do Município os vínculos descritos no art. 65, § 1º, do mesmo Decreto. A opção adotada deve constar expressamente do edital e do contrato.

6.6 – INTEGRAÇÃO OPERACIONAL DAS EQUIPES

Como os itens podem ser executados por fornecedores distintos que atuam simultaneamente nos mesmos eventos, a execução observará o seguinte protocolo, sob a coordenação da comissão organizadora do evento e o acompanhamento do fiscal:

- reunião prévia (briefing) conduzida pela comissão organizadora e pelo fiscal, com os prepostos das contratadas, antes de cada evento de médio ou grande porte;
- plano do evento, com o posicionamento das equipes, rotas de fuga, pontos de acesso e de atendimento, encaminhado a todas as contratadas junto com a Ordem de Serviço;

www.pains.mg.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rubr:	

- c) preposto de cada contratada no local do evento, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato (art. 118 da Lei nº 14.133/2021);
- d) canal único de comunicação durante o evento, definido pela comissão organizadora;
- e) cadeia de acionamento em emergência, com papéis definidos para o brigadista responsável pela coordenação da brigada (item 3), o responsável pela equipe de segurança (item 2) e o coordenador da equipe de apoio (item 1);
- f) registro de ocorrências pelo fiscal, com avaliação ao final de cada evento.

O descumprimento das regras deste item sujeita a contratada às sanções previstas no item 8.

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 – FORMA DE SOLICITAÇÃO

A formalização da solicitação se dará através de confecção de Contrato, posterior, emissão de Ordem de Serviço e ordem de fornecimento - NAF expedida pelo Setor de Compras do Município.

7.2 – RECURSOS HUMANOS PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- ✓ Compete à Seção de Compras expedir as autorizações de fornecimento (requisições) à contratada, e ao Almoxarifado receber e atestar as faturas (notas fiscais) emitidas pela mesma, juntamente com um representante da Secretaria demandante.

Gestor das atas e dos contratos (itens 1, 2 e 3): Cássio Murilo Rodrigues

Suplente: Solange Arantes Lúcio

Fiscal das atas e dos contratos (itens 1, 2 e 3): Willian Junior Teixeira

Suplente: Fabiana Magalhães da Fonseca Almeida

7.3 – DEMAIS ELEMENTOS

7.3.1. Ao gestor do contrato compete adotar todas as ações necessárias ao controle de execução contratual e implementação gradativa de política de governança, na forma do art. 74, do Decreto Municipal nº 010/2024, sobretudo:

- a) gerenciar e controlar o processo de gestão contratual desde a formalização até o encerramento do contrato;
- b) aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela contratada.
- c) prestar apoio à instrução processual e encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outras medidas adequadas ao cumprimento contratual e à solução de conflitos.
- d) promover práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação.

7.3.2. Aos fiscais do contrato compete acompanhar, inspecionar, examinar e verificar a conformidade da execução contratual, na forma do art. 75, do Decreto Municipal nº 010/2024, sobretudo:

- a) verificar a fiel correspondência entre o previsto no contrato e o efetivamente executado;
- b) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou dos defeitos;
- c) informar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse a sua competência.

8 – INFRAÇÕES CONTRATUAIS/SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Pains, além do cometimento de quaisquer das infrações previstas no art. 155, da Lei Federal Nº 14.133/21, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas sanções, de acordo com os arts. 156, 162 e demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21, e as disposições do Decreto Municipal nº 010/2024 e nº 078/2025.

Em cumprimento ao art. 67 do Decreto Municipal nº 010/2024 – que exige a previsão expressa, no instrumento convocatório, das hipóteses de aplicação das sanções e dos percentuais e valores da multa pecuniária –, e observado o limite do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 (multa não inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato), ficam estabelecidas as seguintes multas, sem prejuízo das demais sanções legais:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no comparecimento da equipe ao evento, sobre o valor da respectiva Ordem de Serviço;
- b) 2% (dois por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço por profissional ausente ou em desacordo com os requisitos de qualificação exigidos;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço, em caso de inexecução parcial;

www.pains.mg.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rubr:	

d) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total; e

e) 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

A aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 compete ao Secretário Municipal da pasta interessada (art. 66 do Decreto Municipal nº 010/2024) e será precedida de processo administrativo sancionatório, assegurados o contraditório e a ampla defesa (art. 67, parágrafo único, do mesmo Decreto), observados os critérios de dosimetria do art. 68.

9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Em observância ao disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2.000, as despesas decorrentes da contratação objeto deste termo de referência têm adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária:

Gabinete: Dotação nº 02.01.01.04.122.0401.2008.3.3.90.39.00 – Ficha 38 – Fonte de Recurso 1500/1501;
 Administração: Dotação nº 02.02.01.04.122.0401.2015.3.3.90.39.00 – Ficha 87 – Fonte de Recurso 1500/1501;
 Educação: Dotação nº 02.03.01.12.122.1201.2031.3.3.90.39.00 – Ficha 116 – Fonte de Recurso 1500/1501;
 Cultura: Dotação nº 02.04.01.13.392.1301.2061.3.3.90.39.00 – Ficha 224 – Fonte de Recurso 1500/1501;
 Saúde: Dotação nº 02.05.01.10.122.1001.2071.3.3.90.39.00 – Ficha 236 – Fonte de Recurso 1500/1501;
 Assistência Social: Dotação nº 02.06.01.08.122.0801.2099.3.3.90.39.00 – Ficha 340 – Fonte de Recurso 1500/1501;
 Meio Ambiente: Dotação nº 02.07.01.18.541.1801.2112.3.3.90.39.00 – Ficha 388 – Fonte de Recurso 1500/1501;
 Esportes: Dotação nº 02.08.01.27.812.2701.2122.3.3.90.39.00 – Ficha 411 – Fonte de Recurso 1500/1501;
 Obras: Dotação nº 02.09.01.04.122.0401.2126.3.3.90.39.00 – Ficha 431 – Fonte de Recurso 1500/1501;
 Agricultura: Dotação nº 02.10.01.20.122.2001.2135.3.3.90.39.00 – Ficha 493 – Fonte de Recurso 1500/1501;
 Transporte: Dotação nº 02.11.01.26.782.1502.2140.3.3.90.39.00 – Ficha 511 – Fonte de Recurso 1500/1501.

9.2 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Baseando-se na pesquisa realizada em conformidade com a previsão do art. 23, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme memória de cálculo dos valores unitários acima e com base nos documentos anexados ao processo.

Justificativa de escolha dos fornecedores: será realizado um processo licitatório, visando o menor preço por item, devendo o licitante apresentar proposta para cada item que pretender disputar, observado o preço unitário máximo do respectivo item.

9.3 - ORÇAMENTO DETALHADO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – VALOR MÉDIO

Item	Bens / Serviços	Custo Unit.	Qtde	Custo Total
1	Serviço de Equipe de Apoio.	R\$ 398,33	650	R\$ 258.914,50
2	Serviço de Segurança Desarmado, sem porte de arma de fogo.	R\$ 538,33	200	R\$ 107.666,00
3	Serviço de Brigadista Sentido Amplo, com certificado válido emitido pelo CBMMG.	R\$ 483,33	156	R\$ 75.399,48
	Total estimado (soma dos itens)			R\$ 441.979,98

10 – CRITÉRIOS TÉCNICOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/JULGAMENTO

(X) menor preço: (X) por item ou () global ou () por lotes, conforme item 5 do ETP.

Serão adotados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos correspondentes aos valores unitários estimados no item 9.3 deste Termo de Referência (R\$ 398,33 para o item 1 – equipe de apoio; R\$ 538,33 para o item 2 – segurança desarmada; e R\$ 483,33 para o item 3 – brigadista), devendo tal previsão constar expressamente do edital. Cada item será julgado e adjudicado de forma independente.

() melhor técnica ou conteúdo artístico;

() técnica e preço;

() maior retorno econômico;

() maior desconto: () por item ou () global ou () por lotes

() maior lance.

10.1 – MODALIDADE/TIPO DE LICITAÇÃO

Modalidade: (X) Pregão () Concorrência

www.pains.mg.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

11 – DOCUMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS PARA HABILITAÇÃO

11.1 Item 1 – Equipe de apoio: atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação de serviços de apoio, recepção ou orientação de público em eventos.

11.2 Item 2 – Segurança não armada: a) autorização de funcionamento junto à Polícia Federal, que é exigível como condição de habilitação jurídica para o exercício da atividade de segurança privada (art. 66 da Lei nº 14.133/2021 c/c arts. 4º e 5º, II, da Lei nº 14.967/2024); e b) atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a prestação de serviço de segurança em eventos.

11.3 Item 3 – Brigadista: a) atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a prestação de serviços de brigada de incêndio (prevenção e combate a incêndio e primeiros socorros); e b) comprovante de credenciamento da empresa junto ao CBMMG como prestadora de serviço de brigada profissional. Os certificados de formação/atualização dos brigadistas, emitidos por empresa de formação credenciada junto ao CBMMG, serão exigidos na execução, na forma do item 5.2.

11.4 O licitante que disputar mais de um item deverá atender às exigências de cada item disputado. A autorização de funcionamento junto à Polícia Federal não será exigida do licitante que disputar apenas os itens 1 e/ou 3.

12 – CRITÉRIO DE REAJUSTE E DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Eventuais pedidos de reequilíbrio econômico deverão ser respondidos em até 1 (um) mês contado do protocolo, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Por força legal, o valor do contrato decorrente da ata de registro de preços será reajustado (a ata, em si, não é objeto de reajuste, repactuação, revisão, supressão ou acréscimo, nos termos do art. 49 do Decreto Municipal nº 010/2024, com a redação dada pelo Decreto Municipal nº 078/2025), desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado ou do último reajuste concedido, tendo como base a variação do índice oficial IPCA.

12.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, substituído, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e em caso de variações do mesmo índice, será sempre adotando o que gerar menor onerosidade para a Administração.

12.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo, adotando aquele que gerar menor onerosidade.

12.5. O reajuste será realizado por apostilamento. Os valores porventura reajustados produzirão efeitos a partir da assinatura da apostila, na forma do art. 49, § 2º, do Decreto Municipal nº 010/2024, com a redação dada pelo Decreto Municipal nº 078/2025.

12.6 A empresa que receber Ordem de Compra anterior ou na data que efetuou protocolo de solicitação de reequilíbrio econômico e financeiro, deverá cumprir com o prazo de entrega estabelecido, sem possibilidade de prorrogação do período e sem ônus ao Município, haja vista o período de dias necessários para os tramites internos de deferimento ou indeferimento. Ainda, a empresa deve proceder com as entregas / execução do objeto até 30 (trinta) dias após a protocolização do pedido de equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes alinhados na Ata de Registro de Preço / Contrato inicial ou último aditivo de valor vigente, conforme necessidade do Município, mediante Nota de autorização de Fornecimento – NAF enviada (Decreto Municipal nº 078/2025).

13 – GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica.

14 – DECLARAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Declaro que este Termo de Referência foi elaborado com base nos Estudos Preliminares.

Declaro, ainda, que o Mapa de Riscos constante do item 9 do Estudo Técnico Preliminar foi revisto e atualizado ao final da elaboração deste Termo de Referência, inclusive na retificação decorrente do acolhimento da impugnação ao Edital (riscos 7 e 8), na forma do art. 11, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 010/2024, permanecendo adequados os riscos identificados e as respectivas ações de tratamento e monitoramento.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fls:
Rub.:	

Pains/MG, 24 de setembro de 2026.

Elaborado por:

Solange Arantes Lúcio

Aprovado por:

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Chefe de Gabinete

Secretário(a) Municipal de Administração e Fazenda

Secretária Municipal de Educação

Secretária Municipal de Saúde

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Secretária Municipal de Meio Ambiente

Secretário Municipal de Esportes e Lazer

Secretário Municipal de Obras

Secretário Municipal de Agricultura

Secretário Municipal de Transporte





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 20.920.575/0001-30

Proc. Nº:	Fis:
Rub.:	

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Versão retificada (Retificação nº 01), em atendimento à decisão que acolheu a impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 023/2026 — Processo Licitatório nº 094/2026 — Registro de Preços nº 045/2026

Secretarias requisitantes:

Gabinete do Prefeito
Secretaria Municipal de Administração
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Secretaria Municipal de Obras
Secretaria Municipal de Agricultura
Secretaria Municipal de Transporte

Objeto: Solução que permita a contratação de empresa especializada para prestação do serviço de EQUIPE DE APOIO / PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA NÃO ARMADA/ BRIGADISTAS DE INCÊNDIO, com adjudicação por item (item 1 – equipe de apoio; item 2 – segurança não armada; item 3 – brigadista de incêndio).

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento do processo licitatório e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar detalhadamente a demanda apresentada e a melhor solução para supri-la, de forma a demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Referência: Art. 6º e art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 010/2024 e 078/2025.

1- DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES – SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Requisito previsto no art. 18, §1º, I, da 14.133/2021

Item 1 – A equipe de apoio em eventos é um aspecto fundamental para garantir o bem-estar de todos os participantes e o sucesso geral da ocasião. A contratação de equipe de apoio para eventos visa atender à demanda crescente por suporte operacional e logístico nas diversas atividades realizadas ou apoiadas pela Prefeitura Municipal. Essas ações, muitas vezes de grande porte e com participação expressiva da comunidade, exigem uma estrutura de apoio eficiente e bem coordenada para garantir sua realização com qualidade, segurança e organização.

A equipe de apoio contratada terá papel essencial no suporte às atividades antes, durante e após a realização dos eventos, contribuindo diretamente para o bom andamento e a imagem institucional da Prefeitura junto à população. Entre as atribuições da equipe estão a organização de espaços, a orientação do acesso e da circulação do público e a conferência de credenciais e ingressos em áreas determinadas, o apoio na recepção e orientação dos participantes e convidados, a distribuição de materiais promocionais e institucionais, e o suporte logístico às demais equipes envolvidas na execução do evento. Essa atuação deverá ocorrer de maneira coordenada, seguindo orientações da comissão organizadora, com postura profissional, agilidade e atenção às demandas específicas de cada ocasião. A equipe de apoio não exerce atividades de vigilância, revista pessoal, contenção de público ou segurança patrimonial, que constituem serviço de segurança privada (Lei nº 14.967/2024, art. 5º, II) e são reservadas ao item 2.

Dessa forma, torna-se imprescindível a contratação de uma empresa especializada que disponha de pessoal qualificado, devidamente uniformizado e capacitado, com experiência em eventos públicos, e com capacidade de mobilização de equipes conforme cronograma de atividades fornecido pela Prefeitura. A equipe deverá estar apta a atuar em diferentes horários, inclusive em turnos noturnos, finais de semana e feriados, conforme a programação definida. A contratação visa assegurar que os eventos municipais ocorram dentro dos padrões esperados de qualidade,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rubr:	

conforto e segurança para os participantes, otimizando recursos e garantindo o cumprimento das diretrizes administrativas e legais que regem a atuação da gestão pública.

Item 2 – Prestação de Serviço de Segurança não armada para controle de acesso, revistas pessoais e segurança preventiva a fim de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio dentro dos locais onde forem realizados os eventos, devidamente uniformizados, identificados e portadores do documento de identificação profissional de padrão único, de uso obrigatório em serviço, expedido na forma dos arts. 27 e 40, XVII, da Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), que revogou a Lei nº 7.102/1983 e substituiu a antiga Carteira Nacional de Vigilante.

Item 3 – Brigadistas de incêndio para uma carga-horária de trabalho de 8(oito) horas destinados, atendendo a demanda exigida pelo corpo de bombeiros militar para diversos eventos. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, por evento, de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificações e primeiros socorros, por meio de equipe de brigadistas particulares, com a execução, no evento, das ações de prevenção e combate a incêndio definidas pela Administração. É vedado o exercício simultâneo das funções de vigilância e de prevenção e combate a incêndios pelo mesmo profissional (Lei nº 14.967/2024, art. 10).

1.1 – Levantamento de mercado e justificativa da escolha da solução (art. 18, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021)

Foram consideradas as seguintes alternativas para o atendimento da necessidade:

(a) execução direta, com pessoal do quadro próprio – inviável, pois o Município não dispõe de cargos e efetivo habilitados para as funções de segurança, brigada de incêndio e apoio, e a demanda é sazonal, concentrada no calendário de eventos;

(b) contratações avulsas, evento a evento – solução antieconômica, que multiplicaria procedimentos e custos administrativos, com risco de descontinuidade e de heterogeneidade na qualidade dos serviços;

(c) contratação de empresa especializada, mediante pregão eletrônico com sistema de registro de preços, com adjudicação por item – solução escolhida, por permitir o atendimento tempestivo do calendário de eventos, o pagamento apenas das diárias efetivamente executadas e a padronização da execução, além de possibilitar que empresas especializadas em cada serviço disputem o item correspondente. A alternativa "c" revela-se a mais vantajosa técnica e economicamente, na forma do art. 18, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021;

(d) contratação dos três serviços em lote único, com um só fornecedor – alternativa afastada. O mercado se organiza por especialidade: a pesquisa de preços consultou empresas de três segmentos distintos (brigada profissional, apoio a eventos e vigilância), e a segurança privada depende de autorização prévia da Polícia Federal (Lei nº 14.967/2024, art. 4º). O lote único obrigaria todos os licitantes a apresentar essa autorização e restringiria a participação das empresas de apoio e de brigada, conforme demonstrado no item 5.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Requisito previsto no art. 18, § 1º, II, da Lei 14.133/2021

Não há Plano de Contratação Anual vigente. Nos termos do art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021, o plano de contratações anual é instrumento facultativo do ente federativo ("poderão, na forma de regulamento"), de modo que a sua inexistência não impede o prosseguimento da contratação; o alinhamento ao planejamento da Administração está demonstrado no item 10 do DFD e na previsão da despesa na LOA vigente.

3 – ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Em cumprimento ao art. 18, § 1º, IV, da Lei nº 14.133/2021, as estimativas abaixo deverão estar acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, elaborados a partir do calendário anual de eventos do Município e do histórico da contratação anterior (vigente até 01/10/2026). As memórias de cálculo e os formulários de levantamento encaminhados pelas Secretarias Municipais integram os autos, conforme detalhado no item 7.2 do DFD. A estimativa do item 3 foi consolidada em 156 diárias, após a compilação das demandas das unidades requisitantes.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Serviço de EQUIPE DE APOIO na realização de eventos municipais	Diária	650
2	Serviço de SEGURANÇA NÃO ARMADA	Diária	200
3	Serviço de BRIGADISTA	Diária	156

Os quantitativos são independentes entre si: cada item será demandado por Ordem de Serviço própria, conforme a necessidade de cada evento, sem proporção fixa entre as categorias.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Folha:
Rubricado:	

4 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Requisito previsto no art. 18, §1º, VI da Lei 14.133/21

Baseando-se na pesquisa realizada em conformidade com a previsão do art. 23, § 1º, IV – pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores – da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme memória de cálculo dos valores unitários abaixo e com base nos documentos anexados ao processo.

Justificativa de escolha dos fornecedores: os fornecedores selecionados foram escolhidos por apresentarem atuação compatível com o objeto da contratação, capacidade de fornecimento e experiência no segmento, além de demonstrarem condições de atender às especificações e aos requisitos estabelecidos pela Administração. A seleção também considerou a idoneidade e a regularidade da atuação comercial dos fornecedores, bem como a disponibilidade para apresentação de orçamento, buscando-se obter referências de preços compatíveis com os valores praticados no mercado e assegurar maior segurança e confiabilidade à pesquisa de preços realizada.

ORÇAMENTO DETALHADO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – VALOR MÉDIO

Item	Bens / Serviços	Custo Unit.	Qtde	Custo Total
1	Serviço de Equipe de Apoio.	R\$ 398,33	650	R\$ 258.914,50
2	Serviço de Segurança Desarmado, sem porte de arma de fogo.	R\$ 538,33	200	R\$ 107.666,00
3	Serviço de Brigadista Sentido Amplo, com certificado válido emitido pelo CBMMG.	R\$ 483,33	156	R\$ 75.399,48
	Total estimado (soma dos itens)			R\$ 441.979,98

4.1 – Análise crítica dos preços coletados (art. 21, §§ 1º a 3º, do Decreto Municipal nº 010/2024)

A pesquisa foi realizada por meio de solicitação formal de cotação a 3 (três) fornecedores do ramo, atendendo ao art. 23, § 1º, IV, da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 16, IV, do Decreto Municipal nº 010/2024, com orçamentos datados de 03/08/2026 – portanto, obtidos há menos de 6 (seis) meses da data prevista para a divulgação do edital. Foram consultadas: Arcanjos Brigada Profissional Ltda. (CNPJ 49.247.445/0001-60), Deval's Apoio a Eventos Ltda. (CNPJ 52.655.580/0001-59) e Cobra Kan Vigilância/Equipe GACK (CNPJ 28.894.463/0001-63).

Os preços coletados foram analisados criticamente, na forma do art. 21, §§ 1º a 3º, do Decreto Municipal nº 010/2024. As cotações apresentaram a seguinte dispersão: equipe de apoio, de R\$ 380,00 a R\$ 415,00 (variação de 9,21%); segurança desarmada, de R\$ 490,00 a R\$ 600,00 (variação de 22,45%); e brigadista, de R\$ 450,00 a R\$ 520,00 (variação de 15,56%). As variações situam-se em patamar compatível com a realidade do mercado regional, não se identificando valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, razão pela qual nenhuma cotação foi desconsiderada. Adotou-se, como metodologia, a média aritmética simples dos três orçamentos válidos para cada item, resultando nos preços unitários de R\$ 398,33 (equipe de apoio), R\$ 538,33 (segurança desarmada) e R\$ 483,33 (brigadista).

Os valores unitários foram fixados com 2 (duas) casas decimais e os totais correspondem ao produto do valor unitário pela quantidade estimada, de modo a assegurar a consistência aritmética da planilha e a coerência entre este ETP e o Termo de Referência.

Para o item 2, cuja prestação depende de autorização prévia da Polícia Federal (Lei nº 14.967/2024, art. 4º), verificou-se, na consulta pública da Polícia Federal, que todas as três empresas consultadas detêm o registro, sendo as empresas: Arcanjos Brigada Profissional Ltda. (CNPJ 49.247.445/0001-60), Deval's Apoio a Eventos Ltda. (CNPJ 52.655.580/0001-59) e Cobra Kan Vigilância/Equipe GACK (CNPJ 28.894.463/0001-63).

4.2 – Regime de execução e inaplicabilidade da IN SEGES/MP nº 5/2017

Para os fins do art. 23 do Decreto Municipal nº 010/2024 – que manda observar, no que couber, a Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 nas contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra –, consigna-se que a presente contratação NÃO se enquadra nesse regime. Os profissionais serão alocados por evento, mediante convocação prévia e pagamento por diária efetivamente executada, sem posto de trabalho fixo, sem alocação contínua e sem exclusividade de mão de obra em favor do Município, conforme o modelo de execução detalhado no item 6 do Termo de Referência. Por essa razão, não se exige a apresentação de planilha de custos e formação de preços nos moldes da referida Instrução Normativa, sem prejuízo de a Administração, na fase de julgamento, diligenciar junto ao licitante para a comprovação da exequibilidade da proposta, nos termos do art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rubr:	

5 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Requisito previsto no art. 18, §1º, VIII da 14.133/21

Conforme inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o planejamento das contratações deverá atender, entre outros princípios, o do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, considerados os vetores do § 1º do art. 47 (responsabilidade técnica; custo de múltiplos contratos frente às vantagens da divisão do objeto; dever de ampliar a competição e de evitar a concentração de mercado).

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a propiciar a ampla participação no certame, que embora não disponham para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades isoladas.

O objeto da contratação é divisível, e o parcelamento por item mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso. A análise dos vetores do § 1º do art. 47 conduz a essa conclusão:

a) Responsabilidade técnica (inciso I): cada serviço possui responsabilidade técnica própria. A segurança privada é prestada por vigilantes vinculados a empresa autorizada pela Polícia Federal (Lei nº 14.967/2024, arts. 4º, 27 e 28); a brigada, por brigadistas com certificação emitida por empresa de formação credenciada junto ao CBMMG; a equipe de apoio não possui regulação profissional específica. A própria Lei nº 14.967/2024 veda que o mesmo profissional exerça, simultaneamente, vigilância e prevenção e combate a incêndios (art. 10), de modo que as equipes são sempre distintas, ainda que contratadas de um só fornecedor. A divisão por item vincula cada responsabilidade a quem detém a qualificação correspondente.

b) Custo de múltiplos contratos frente às vantagens da divisão (inciso II): o preço é formado por diária de cada profissional, cotado e analisado item a item (item 4 deste Estudo), e não se identificou economia de escala no agrupamento. A gestão de até três atas ou contratos é viável com o gestor, o fiscal e os respectivos suplentes já designados, e a execução continua acionada por Ordem de Serviço e medida por diária efetivamente prestada. O acréscimo de trabalho administrativo é pequeno diante do ganho de competitividade.

c) Ampliação da competição e prevenção da concentração de mercado (inciso III): o mercado se organiza por especialidade. No lote único, a autorização de funcionamento da Polícia Federal, exigível apenas para o item 2 (24,36% do valor estimado), condicionaria a disputa dos itens 1 e 3 (75,64% do valor), afastando empresas especializadas em apoio a eventos e em brigada. A adjudicação por item permite que cada segmento dispute a parcela que efetivamente executa, com habilitação proporcional ao item, na linha da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União e da Súmula nº 114 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A coordenação das equipes nos eventos, que é real e necessária, cabe à comissão organizadora do Município, com o acompanhamento do fiscal, e será assegurada pelo protocolo de integração operacional previsto no item 6.6 do Termo de Referência, independentemente de haver um ou mais fornecedores.

Por se tratar de registro de preços, o julgamento por grupo de itens somente seria admitido se demonstrada a inviabilidade da adjudicação por item e evidenciada a sua vantagem técnica e econômica (art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021), o que não se verifica: as Ordens de Serviço são emitidas por categoria e a Administração não contratará as três categorias em proporção fixa.

Conclui-se, portanto, pela contratação com adjudicação por item, pelo critério de menor preço por item, com exigências de habilitação proporcionais a cada item e com o preço unitário máximo de cada item como critério de aceitabilidade. Esta conclusão substitui a da versão original deste Estudo, em atendimento à decisão que acolheu a impugnação ao Edital.

Quanto à intenção de registro de preços (IRP), prevista no art. 47 do Decreto Municipal nº 010/2024 e no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, o procedimento fica dispensado na hipótese dos autos, com fundamento no art. 47, § 1º, do referido Decreto e no art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a Prefeitura Municipal de Pains é a única contratante: as unidades relacionadas no item 3.1 do DFD são secretarias e órgãos integrantes da estrutura do próprio Município, e não entes ou entidades autônomas, tendo suas demandas sido consolidadas na fase preparatória. Eventual interesse de outros entes será tratado pela via da adesão, nos termos do art. 86, §§ 2º e seguintes, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 52 do Decreto Municipal nº 010/2024.

6 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Requisito previsto no art. 18, §1º, IX da 14.133/21

Pretende-se, com a contratação de empresa especializada para prestação do serviço de EQUIPE DE APOIO / PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA NÃO ARMADA/ BRIGADISTAS DE INCÊNDIO, garantir a adequada





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rubr:	

organização, segurança e suporte operacional durante a realização dos eventos, proporcionando proteção aos participantes, servidores e demais envolvidos, bem como prevenção e resposta inicial a situações de emergência, contribuindo para a execução segura e eficiente das atividades, com ampliação da competitividade decorrente da participação de empresas especializadas em cada serviço.

Assim, demonstra-se que a presente contratação é a melhor opção, bem como a Administração possui recursos financeiros para contratação, que atenderá melhor ao interesse público.

7 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

Requisito previsto no art. 18, §1º, XI da 14.133/21

Os três itens são interdependentes apenas na execução, pois atuam simultaneamente nos mesmos eventos. Essa interdependência é tratada pelo protocolo de integração operacional previsto no item 6.6 do Termo de Referência, sob a coordenação da comissão organizadora. Não há outras contratações correlatas.

8 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Requisito previsto no art. 18, §1º, XII da 14.133/21

A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais. Ainda assim, recomenda-se que a organização de cada evento observe a adequada gestão de resíduos e os limites de ruído aplicáveis, medidas mitigadoras usuais em eventos públicos (art. 18, § 1º, XII, da Lei nº 14.133/2021).

9 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

9.1 Riscos do processo de contratação:

Risco 1 - Questionamentos excessivos no pregão	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Baixo
Dano:	Legitimidade de pregão colocada em questão.
Ação Preventiva:	Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Edital e em seus anexos, atentar à legislação vigente no tocante a requisitos excludentes, escolher equipe com conhecimentos suficientes para os estudos em tempo hábil para que não haja prejuízos durante a fase de planejamento.
Ação de Contingência:	Republicação do Edital com correção dos itens alvos de impugnação

Risco 2 - Licitação deserta ou com item deserto ou fracassado	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	Não realizar a licitação ou o item tendo que republicar o edital e abrir novo prazo para a realização do pregão.
Ação Preventiva:	Encaminhar termo de referência durante a fase de cotação de preços para a maior quantidade de possíveis interessados em participar da licitação. Realização de ampla pesquisa de mercado, com consulta a empresas especializadas em oferta de serviços de seguranças e brigadistas para eventos buscando compreender a realidade local e regional; redação do Termo de Referência com exigências técnicas compatíveis com o mercado e sem restrições indevidas à competitividade; divulgação antecipada do certame em meios oficiais e canais acessíveis às empresas do setor.
Ação de Contingência:	Com a adjudicação por item, o insucesso de um item não compromete os demais, que seguirão para adjudicação e homologação; o item deserto ou fracassado será objeto de nova licitação ou das medidas cabíveis. Considerando o prazo exíguo e a inexistência, não se vislumbra a possibilidade de alternativa imediata viável em caso de fracasso da licitação. Por esse motivo, a estratégia da Administração deve ser a





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rubr:	

	máxima mitigação desse risco por meio de um processo competitivo, com ampla publicidade, exigências proporcionais e aderência ao mercado local/regional, de modo a garantir o êxito do certame já em sua primeira tentativa. Caso o processo não logre êxito, será necessária a reformulação urgente do edital com ajustes técnicos, preservando a legalidade e a viabilidade do evento dentro do prazo disponível.
--	---

Risco 3 - Contratada se recusar a assinar o contrato	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Não concluir a licitação tendo que republicar o edital e abrir novo prazo para a realização do pregão.
Ação Preventiva:	Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.
Ação de Contingência:	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.

Risco 4 - Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Atraso nos serviços
Ação Preventiva:	- Sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos serviços a serem prestados. - Em caso de recusa do vencedor em assinar o contrato ou de não atendimento das condições de contratação, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação (art. 90, §§ 2º e 4º, da Lei nº 14.133/2021). - Exigir documentação comprobatória que a licitante já prestou serviços semelhantes ao contratado.
Ação de Contingência:	- Acompanhar com rigor o IMR, mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. - Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar contrato e adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.

Risco 5 - Falência da empresa vencedora	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Atraso nos serviços
Ação Preventiva:	- Exigir requisitos habilitatórios relativos à qualificação econômico-financeira.
Ação de Contingência:	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rubr:	

Risco 6 - Prestação de serviços de baixa qualidade	
Probabilidade:	Média
Impacto:	Alto
Dano:	Prejuízos financeiros e risco à qualidade dos trabalhos de apoio, segurança e brigada nos eventos municipais atendidos pela contratação.
Ação Preventiva:	Exigir documentação comprobatória que a licitante já prestou ou presta serviços semelhantes ao pretendido. Exigir comprovação de experiência anterior compatível (atestados) e aplicar com rigor o modelo de gestão e fiscalização do contrato.
Ação de Contingência:	Notificação à contratada de modo a melhorar a qualidade dos serviços e aplicação de sanções.

Riscos acrescidos na retificação:

Risco 7 - Falha de coordenação entre as contratadas de itens distintos nos eventos	
Probabilidade:	Média
Impacto:	Alto
Dano:	Falhas de comunicação e de resposta a emergências, com risco à segurança do público.
Ação Preventiva:	Protocolo de integração operacional (item 6.6 do TR): reunião prévia, plano do evento entregue com a Ordem de Serviço, preposto de cada contratada no local, canal único de comunicação e cadeia de acionamento em emergência, sob a coordenação da comissão organizadora.
Ação de Contingência:	Acionamento direto dos prepostos pelo fiscal, registro de ocorrências e aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

Risco 8 - Execução de atividade de segurança privada pela equipe de apoio	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Contratação irregular de segurança privada, sujeita a multa aplicada pela Polícia Federal ao contratante (Lei nº 14.967/2024, art. 48), e risco à segurança do público.
Ação Preventiva:	Delimitação expressa das atribuições de cada item no Termo de Referência (item 1.2.1); orientação às comissões organizadoras; verificação pelo fiscal durante os eventos.
Ação de Contingência:	Interrupção imediata da atividade indevida, notificação da contratada e acionamento da equipe do item 2.

9.2 Avaliação qualitativa dos riscos:

MATRIZ DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Probabilidade / Impacto	Sem Impacto	Baixo	Médio	Alto
Baixa		Risco 1	Risco 2	Riscos 3, 4, 5 e 8
Média				Risco 6 e Risco 7
Alta				

9.3 Gravidade das consequências:

Através da matriz, percebe-se que o risco de maior gravidade será o risco 6, essa avaliação é decorrente de levantamento feito pela equipe, onde se chegou ao consenso que devido às exigências de mercado, ação de órgãos fiscalizadores e as próprias contratantes destes tipos de solução, eliminam do mercado empresas com baixa capacidade técnica e operacional, portanto a probabilidade será média, porém existe a possibilidade da ocorrência deste fator, e os danos seriam desastrosos para a administração municipal como um todo, com a possibilidade de





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rubr:	

aplicação de multas pelos órgãos fiscalizadores, eficiência nas compras públicas comprometida e demais atos administrativos interrompidos ou retardados, gerando diversos transtornos e prejuízos à Administração Municipal. Igual atenção merece o risco 7, decorrente da atuação simultânea de contratadas distintas nos mesmos eventos, mitigado pelo protocolo de integração operacional previsto no Termo de Referência.

9.4 – Justificativa quanto aos demais elementos do § 1º DO ART. 18 (art. 18, § 2º, da Lei nº 14.133/2021)

O presente ETP contempla os elementos mínimos exigidos pelo art. 18, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 (incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º). Quanto aos demais elementos: o levantamento de mercado (inciso V) consta do item 1.1; os requisitos da contratação (inciso III) e a descrição da solução como um todo (inciso VII) encontram-se detalhados, respectivamente, nos itens 4 e 3 do Termo de Referência que integra este processo; as providências prévias à celebração do contrato (inciso X) resumem-se à designação do gestor e do fiscal do contrato, já indicados no item 7.2 do Termo de Referência; e as contratações correlatas (inciso XI) e os impactos ambientais (inciso XII) estão tratados nos itens 7 e 8 deste ETP.

10 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Requisito previsto no art. 18, §1º, XIII da 14.133/21

Os estudos técnicos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita neste documento, com adjudicação por item, mostra-se viável e necessária.

11- APROVAÇÃO E ASSINATURA

Pains/MG, 24 de setembro de 2026.

Elaborado por:

Solange Arantes Lúcio

Aprovado por:

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Chefe de Gabinete

Secretário(a) Municipal de Administração e Fazenda

Secretária Municipal de Educação

Secretária Municipal de Saúde

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Secretária Municipal de Meio Ambiente

Secretário Municipal de Esportes e Lazer

Secretário Municipal de Obras

Secretário Municipal de Agricultura

Secretário Municipal de Transporte





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rub.:	

ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O Município de Pains, com sede na Praça Tonico Rabelo, 164 - Centro, na cidade de Pains - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 20.920.575/0001-30, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Itamar Rafael de Castro, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS **PAL nº 094/2026**, **Pregão Eletrônico nº 023/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 010/2024, Decreto Municipal nº 078/2025 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA, FUTURA E EVENTUAL, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA NÃO ARMADA, BRIGADISTA E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE PAINS/MG.**

1.2. Vinculam à esta ata, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Estudo Técnico Preliminar;
- c) O Edital da Licitação;
- d) A Proposta do contratado;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Conforme mapa de apuração, ficam estimados os valores abaixo discriminados:

- I. Nome da empresa e valor estimados
- II. Nome da empresa e valor estimados
- III. Nome da empresa e valor estimados





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rub.:	

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para aquisições do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rubr:	

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nesta Ata.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rubr:	

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rub.:	

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rub.:	

- 7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto nº 010/2024; ou
- 7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 7.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 7.4.1. Por razão de interesse público;
- 7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 010/2024.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal/Fatura, de conformidade com as autorizações expedidas pelo Executivo Municipal.
- 8.2. Publicar o extrato do presente contrato na Imprensa Oficial do Município.
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rub.:	

8.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos e serviços executados com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento.

8.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, no prazo de 12 (doze) horas.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão e ou servidor especialmente designado.

8.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos.

8.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.9 **Demais obrigações elencadas no Edital e seus anexos.**

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Responsabilizar-se-á pela execução do objeto especificado na presente ata.

9.2. Responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessária à entrega do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato, bem como aquelas especificadas na proposta.

9.3. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus empregados ou prepostos, ao contratante ou a terceiros.

9.4. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Lei 14.133/21.

9.5. Em caso de imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas pela Contratante, substituir o objeto fornecido no prazo de **02 (duas) horas**.

9.6. Cada execução do serviço deverá ser efetuado mediante Ordem de Fornecimento da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício ou e-mail, devendo dela constar: a data, o valor unitário do serviço, a quantidade pretendida, o carimbo e a assinatura do responsável.

9.7. **Demais obrigações elencadas no Edital e seus anexos.**





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rubr:	

10. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

10.1. Os serviços deverão ser executados no local, no dia e no horário onde ocorrerá o evento em questão. Para todos os fins, considera-se "diária" o período de até 8 (oito) horas de serviço por profissional. A convocação para cada evento será formalizada por Ordem de Serviço/NAF, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, indicando local, data, horários e o quantitativo de profissionais por categoria (art. 6º, XXIII, "e", da Lei nº 14.133/2021). A empresa deve apresentar seus colaboradores prontos para execução do serviço em, no mínimo, 03 (três) horas antes do início dos eventos. Ainda, a empresa deve apresentar até 02 (dois) dias úteis antes da execução dos serviços, relação de nome e documento dos profissionais que trabalharão no evento, sendo que, para o item 'segurança desarmada' deve apresentar comprovação de participação dos integrantes em curso em escola autorizada pela Polícia Federal e seu CNV (carteira nacional de vigilantes); ainda a CONTRATADA deverá apresentar, no mesmo prazo, os certificados de formação/atualização válidos dos brigadistas escalados, emitidos por empresa de formação credenciada junto ao CBMMG, observada a regulamentação estadual aplicável. É de responsabilidade do fornecedor as despesas de transporte e alimentação dos colaboradores, de acordo com o as especificações técnicas estabelecidas no Edital e seus anexos.

10.2. As mercadorias, equipamentos e serviços deverão ser entregues / executados juntamente com a nota fiscal.

10.3. Aceitos os bens e serviços, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.

10.4. Não aceito o(s) bem(s) entregue(s) ou serviço(s) executados(s), será comunicado à empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata substituição, em um prazo não superior a 02 (duas) horas, para que se possa adequar o solicitado com o cotado com o efetivamente entregue, de forma a atender àquilo que efetivamente se pretendia adquirir.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, oportunidade em que deverá ser apresentada a Nota Fiscal / Fatura atestada pelo responsável e relatório, de acordo com as exigências administrativas em vigor, conforme definições contidas no Edital; sendo que, recaiando sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente. O pagamento será por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA, Banco: __, Agência: nº. __ Conta Corrente: nº __, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rub.:	

11.2. A nota fiscal deverá ser emitida com destaque do Imposto de Renda OU justificativa da não retenção de acordo com o Decreto Municipal 92/2023 e INRFB 1.234/2012 e IN RFB 2145/2023.

11.3. Se a Nota Fiscal for emitida sem a retenção OU uma justificativa fundamentada, a mesma será devolvida para a emissão correta.

11.4. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, nota de empenho e vinculado à conta corrente da Contratada.

11.5. A Nota Fiscal correspondente deverá constar o número do procedimento licitatório e Registro de Preços que lhe deu origem, e ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da Prefeitura Municipal de Pains, que somente atestará a entrega das mercadorias e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

11.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de Pains e o pagamento ficará pendente até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Pains.

11.7. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

12. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

12.1. O Município de Pains, exercerá a fiscalização, através do servidor designado **WILLIAN JUNIOR TEIXEIRA**, que verificará a procedência das mercadorias ofertadas, comprovando a qualidade das mesmas e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora. Verificada a irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas.

12.2. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Pains, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto.

12.3. A gestão da Ata será realizada pelo(a) Secretário(a) Municipal de **Cultura e Turismo**.

13. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

13.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na Lei nº 14.133/21, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rub.:	

13.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na Lei nº 14.133/21, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

13.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

13.4. Para o reajustamento será necessária a apresentação dos seguintes comprovantes:

- a) Notas Fiscais de compras por parte do contratado referente ao seu distribuidor, tanto da Nota Fiscal da época do início do contrato, decorrente desta licitação, como da Nota Fiscal por ocasião do suposto aumento;
- b) Revista, jornal e/ou periódico, demonstrando o aumento do preço de um determinado item dentro do mercado;
- c) Planilha de custos compreendendo o custo do produto e demais componentes (impostos, transporte, funcionários, etc.).

13.4.1. Sem a apresentação destes documentos não há como justificar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata quanto ao item licitado.

13.5. A **marca** cotada na proposta licitatória deverá constar nas notas fiscais apresentadas para realinhamento.

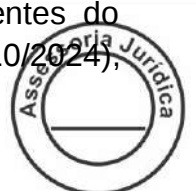
13.6. A empresa que receber Ordem de Compra anterior ou na data que efetuou protocolo de solicitação de reequilíbrio econômico e financeiro, deverá cumprir com o prazo de entrega estabelecido, sem possibilidade de prorrogação do período, sem ônus ao Município, haja vista o período de dias necessários para os tramites internos de deferimento ou indeferimento. Ainda, a empresa deve proceder com as entregas / execução do objeto até 30 (trinta) dias após a protocolização do pedido de equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes alinhados na Ata de Registro de Preço inicial ou último aditivo de valor vigente, conforme necessidade do Município, mediante Nota de autorização de Fornecimento – NAF enviada (Decreto Municipal nº 078/2025).

14. DAS PENALIDADES

14.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

14.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

14.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (Decreto nº 010/2024).





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rubr:	

exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (Decreto nº 010/2024).

15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Pains – MG, ____ de _____ de 20__

ITAMAR RAFAEL DE CASTRO
Prefeito Municipal

NOME
Fornecedor





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rub.:	

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	E-MAIL:
TELEFONE:	FAX:
CONTATO DA LICITANTE:	TELEFONE:
BANCO DA LICITANTE:	CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:
Nº DA AGÊNCIA:	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA, FUTURA E EVENTUAL, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA NÃO ARMADA, BRIGADISTA E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE PAINS/MG.

ITEM	QTDE	UN.	ESPECIFICAÇÃO	VR UNIT.	VR TOTAL
1	650	Diária	Serviço de EQUIPE DE APOIO		
2	200	Diária	Serviço de SEGURANÇA DESARMADA		
3	156	Diária	Serviço de BRIGADISTAS		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____

DECLARA QUE:

1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS; BEM COMO ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proc. Nº:	Flo:
Rub.:	

- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 4 QUE O PRAZO DE INICIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.
- 5 ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, E O DECLARANTE RESPONDERÁ PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI (ART. 63, I, DA LEI Nº 14.133/2021).

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

